O Estatuto da Terra: a construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-militar

Jean Michel Moreira da Silva

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 06.03.2015

O Estatuto da Terra, elaborado e aprovado no primeiro ano da ditadura civil-militar, tinha por objetivo regular os direitos e as obrigações concernentes aos imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e da promoção da política agrícola. Essas duas políticas tinham por objetivo desenvolver o meio rural, proporcionando bem-estar social, progresso social e justiça social, e o aumento da produtividade agrícola.

O nosso objetivo é analisar a construção da lei de reforma agrária aprovada no governo de Castelo Branco, isto é: *i.* identificar as manobras de justificações realizadas pela Presidência da República no governo Castelo Branco; *ii.* descrever as críticas feitas por partidos políticos e federações patronais; *iii.* compreender os significados da política de reforma agrária elaborada no governo de Castelo Branco. Para tal, investigaremos o processo de confecção do projeto do Estatuto da Terra no Executivo e a sua aprovação no Congresso Nacional.

Para responder aos nossos objetivos, coletamos documentos localizados no arquivo pessoal de Paulo Assis Ribeiro, localizado no Arquivo Nacional, e no Arquivo do Senado Federal.

A análise desses documentos possibilitou descrever as manobras de justificações realizadas pelo governo Castelo Branco, quando o desenvolvimento e a democracia foram grandezas utilizadas para legitimar a Lei de Reforma Agrária. Os críticos, por sua vez, alegaram que o problema do rural brasileiro não era o seu sistema de uso e posse da terra e, sim a incapacidade do Estado em produzir políticas que visassem a modernização do campo brasileiro.

Mesmo com essas críticas, o governo de Castelo Branco produziu um projeto de reforma agrária, baseado em uma política de reforma agrária limitada e uma política de desenvolvimento rural ampla.

A aprovação do projeto do Estatuto da Terra pelo Congresso Nacional foi permeada de disputas, sendo a principal o instrumento prioritário da reforma agrária. Os parlamentares aprovaram o projeto de reforma agrária com distintas modificações, sendo a principal a retirada da tributação da terra. Essa alteração deixou ainda mais limitada a reforma agrária presente no Estatuto da Terra.

Palavras-chave: Estatuto da Terra, reforma agrária, Castelo Branco, Congresso Nacional.